

MICHEL FOUCAULT E A SOCIOLOGIA

Marcos César Alvarez¹

Resumo: Pretendemos discutir, neste artigo, como as idéias de Michel Foucault foram incorporadas pela Sociologia no Brasil. Inicialmente, fazemos um resumo da trajetória intelectual do autor a partir de alguns de seus principais textos para, em seguida, analisar como seus estudos levaram ao problema da formação da assim chamada sociedade disciplinar no país.

Palavras-chave: Michel Foucault; Sociologia no Brasil; sociedade disciplinar; poder.

INTRODUÇÃO

As formas originais de pensamento se introduzem por elas mesmas: sua história é a única forma de exegese que elas suportam, e seu destino a única forma de crítica.

Michel Foucault (cf. Eribon, 1996)

La circulation internationale des idées est pleine de malentendus et de pièges, contre lesquels il faut être sans cesse en garde.

Pierre Bourdieu (1995)

Várias das idéias que vou expor aqui ainda estão em estágio embrionário e bastante esquemático. Há muito venho estudando os trabalhos de Michel Foucault² e tenho a idéia de fazer algo como um estudo acerca da recepção de suas idéias no Brasil, mais especificamente, no campo da Sociologia, mas ainda não desenvolvi nenhum trabalho sistemático neste sentido. Trago aqui reflexões, algumas não muito articuladas, ao tentar pensar a contribuição metodológica deste autor para a Sociologia contemporânea.

¹ Doutor em Sociologia pela USP; professor da UNESP, campus de Marília.

² As idéias que discuto aqui já foram anteriormente esboçadas em diversos textos (cf. Alvarez, 1993, 1999, 2000).

Deste modo, minha exposição estará dividida em três momentos: 1) inicialmente farei um resumo didático da trajetória intelectual de Foucault; 2) a seguir, discutirei rapidamente como as idéias de Foucault foram utilizadas no campo da Sociologia, especialmente no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao problema da assim chamada sociedade disciplinar. 3) finalmente, indicarei as perspectivas analíticas que atualmente se colocam para o diálogo entre as idéias de Foucault e o debate sociológico contemporâneo.

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE MICHEL FOUCAULT

As categorias de filósofo ou historiador são, ao mesmo tempo, bastante imprecisas e por demais limitadas para caracterizar os trabalhos realizados por Michel Foucault ao longo de sua vida. Ao percorrer, com suas análises, campos de conhecimento diversos, ele rompe com as divisões disciplinares tradicionais, o que faz com que seus trabalhos tenham ressonância em muitas regiões do conhecimento, sobretudo nas assim chamadas Ciências Humanas. Apresentar os contornos mais amplos da trajetória intelectual de Foucault é, conseqüentemente, tarefa árdua, dada a multiplicidade de áreas e de objetos englobados por suas pesquisas.

A simples tarefa de rastreamento dos autores com quem dialoga, por si só, já se mostra bastante complexa face à pluralidade de correntes de pensamento que se entrecruzam em suas pesquisas. Roberto Machado, no entanto, mostra muito bem que podemos entender os primeiros trabalhos de Foucault principalmente se os relacionamos com os estudos epistemológicos feitos por Georges Canguilhem (Machado, 1981, p.15-54). Mas os interesses iniciais de Foucault já o encaminham não apenas para questões epistemológicas relativas às Ciências Humanas, mas também para questões relativas ao papel político dessas ciências, como explicita o próprio Foucault numa entrevista:

Quando fiz meus estudos, por volta dos anos 50-55, um dos problemas que se colocava era o do estatuto político da Ciência e as funções ideológicas que podia veicular. Não era exatamente o problema Lyssenko que dominava, mas creio que em torno deste caso escandaloso, que durante tanto tempo foi dissimulado e cuidadosamente escondido, apareceu uma série de questões interessantes. Duas palavras podem resumi-las: poder e saber. Creio haver escrito *História da loucura* (Foucault, 1977) dentro deste contexto. Para mim tratava-se de dizer o seguinte: se perguntamos a uma Ciência como a física teórica, a química orgânica quais suas relações com as estruturas políticas e econômicas da sociedade, não estaremos colocando um problema muito complicado? Não será muito grande a exigência para uma explicação possível? Se, em contrapartida, tomarmos um saber como a psiquiatria, não será a questão muito mais fácil de ser resolvida porque o perfil epistemológico da psiquiatria é pouco definido, e porque a prática psiquiátrica está ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas e de regulamentações sociais? (Foucault, 1981b, p.1)

Neste sentido, parece-nos que Foucault, partindo da epistemologia, coloca a si mesmo questões que o encaminham para uma análise crítica do conhecimento que se abre também para o contexto político-social das Ciências Humanas e áreas afins.

Seu primeiro trabalho, por exemplo, intitulado *Doença Mental e Personalidade*, publicado originalmente em 1954, discute, em termos históricos, diferentes teorias psicológicas. Foucault pretende mostrar nessa obra a especificidade da patologia mental em relação à patologia orgânica e a conseqüente impossibilidade de se tratarem os problemas psicológicos com base em conceito extraídos da medicina somática. Ao analisar, histórica e criticamente, diferentes teorias psicológicas, constata o equívoco das teorias que tentam explicar a doença mental considerando-a apenas como entidade natural, ou mesmo remetendo-a apenas à personalidade do paciente, dada a impossibilidade por ele colocada de se compreender a doença fora do meio. Assim, a abordagem epistemológica acaba por mostrar a insuficiência das análises que restringem a doença ao indivíduo, ao mesmo tempo em que estabelece a vinculação necessária da doença mental e as condições sociais que favorecem sua existência. Foucault considera, inclusive, que a própria cura só é possível a partir do estabelecimento de novas relações entre o enfermo e o meio, o que implica, a seu ver, também (e necessariamente) uma reforma estrutural da assistência médica e dos hospitais psiquiátricos. (Foucault, 1984a, p.122, nota)

Neste primeiro trabalho, reescrito posteriormente, Foucault mostra a insuficiência de uma análise estritamente epistemológica sobre o conhecimento da doença mental, já que expõe a necessidade de se remeter o conhecimento da enfermidade mental também a uma análise histórico-sociológica das suas condições externas. Mas a análise de Foucault neste momento ainda está presa a um ideal de cientificidade: como ele mesmo coloca na introdução de *Doença Mental e Personalidade* (Foucault, 1984a, p.122), o percurso feito no livro busca mostrar quais são os postulados de que o conhecimento da doença mental deveria se liberar para chegar a ser rigorosamente científico.

Mas se nesse primeiro livro a epistemologia se abre necessariamente para o contexto histórico-social, no livro seguinte, *História da Loucura*, publicado em 1961, a própria questão epistemológica é deslocada. Trata-se então de se encontrarem as próprias condições históricas que tornam possível um conhecimento acerca da loucura como doença mental. Neste sentido, *História da Loucura* é efetivamente o primeiro livro que começa a desenhar um perfil singular em relação à tradição epistemológica que influencia Foucault. Nele Foucault analisa, do Renascimento ao século XIX, a emergência da loucura como objeto de conhecimento. Sua proposta impõe um corte original: não mais apenas contextualizar historicamente o saber sobre a enfermidade mental, mas procurar as condições históricas que permitem que a experiência da loucura seja tratada como doença mental. Assim Foucault explicita num dos prefácios desta obra: não fazer uma história da linguagem da razão sobre a loucura (como seria uma simples história da psiquiatria), mas uma

arqueologia do silêncio da loucura, silêncio este que permitiu o monólogo da razão (Foucault, 1964). A arqueologia deste silêncio, portanto, remete ao conjunto de transformações culturais e institucionais que permitiram a emergência da loucura como doença mental. Por isso, como diz Blanchot, a propósito de *História da Loucura*, “(...) o importante é a exclusão e não o que se exclui e divide”. (Blanchot, s.d., p.18)

Com o deslocamento das questões epistemológicas efetuado pela análise arqueológica, a questão da cientificidade também é deslocada: a cientificidade deixa de ser critério de julgamento histórico e passa a ser um problema de análise. A questão que se coloca é a seguinte: quais condições de possibilidade permitiram um discurso pretensamente científico acerca da loucura? Ao abandonar a cientificidade como critério orientador da análise, Foucault abandona também a idéia de uma história em termos de progresso do conhecimento, segundo Machado (1981, p.11). Ainda segundo este autor, é como se houvesse uma recorrência às avessas no livro: Foucault julga as teorias sobre a loucura como se elas encobrissem cada vez mais uma experiência trágica e fundamental da loucura. Romper com a cientificidade enquanto critério passa também a implicar que o saber sobre a loucura não deve mais ser procurado apenas nos discursos científicos, mas também fora das fronteiras da cientificidade, na própria cultura da época em que emerge e também nas suas articulações com acontecimentos não-discursivos, como as transformações dos espaços institucionais. Esse papel central atribuído aos espaços institucionais não deixa dúvidas a respeito da interdependência entre práticas de conhecimento e práticas sociais proposta neste livro.

Nas obras que se seguiram, no entanto, há uma diminuição da importância das práticas sociais para as pesquisas arqueológicas. *O Nascimento da Clínica*, editada em 1963, é muito mais um estudo “interno” da constituição do saber clínico moderno, e em *As Palavras e as Coisas*, editada em 1966, o que está fundamentalmente em jogo são as transformações discursivas, suas regras de permanência e de ruptura.

As Palavras e as Coisas é provavelmente a obra na qual Foucault atribui maior importância à maneira como ocorrem as transformações discursivas, ficando apenas implícito o contexto histórico-social que é condição de possibilidade destas mudanças. Mas nem por isso deixa de se colocar nesta obra o problema da historicidade dos discursos. Estuda-se a passagem da *epistémé* clássica para a moderna e o surgimento das ciências humanas. Com o conceito de *epistémé*, Foucault parece querer justamente problematizar o caráter histórico das práticas discursivas. A *epistémé* aparece como o solo comum, espaço de identidades, similitudes e analogias no qual se distribuem as coisas diferentes e parecidas numa cultura, limitando seu horizonte de pensamento, podendo sofrer rupturas e transformações (Foucault, 1981a, p.5-14). Este espaço possível de encontro entre palavras e coisas não é determinado nem por encadeamentos *a priori* e necessários, nem por conteúdos imediatos sensíveis, mas se constitui historicamente como experiência regrada

da ordem e de seus modos de ser (Foucault, 1981a, p.11) e, por conseguinte, também se transforma segundo necessidades que, por um lado, não são internas aos enunciados e, por outro, não são nem exteriores nem intrínsecas ao objeto, mas que se dão nas práticas históricas dos discursos. Por isso o livro não trata nem de história das idéias nem de história das ciências, mas procura encontrar o *a priori* histórico e a positividade que tornaram possíveis idéias e teorias.

Sem dúvida, *As Palavras e as Coisas* é um dos trabalhos mais densos de Foucault, dada a multiplicidade de questões filosóficas que suscita. Interessa-nos aqui principalmente ressaltar que este trabalho, juntamente com o texto “metodológico” – se é que assim pode ser chamado – que o segue, *A Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, são as obras nas quais Foucault dá mais atenção às especificidades das práticas discursivas, ficando apenas pressupostas as condições de possibilidade não-discursivas que as suportam.

Já em *A Ordem do Discurso*, sua aula inaugural no Collège de France, Foucault não está apenas preocupado com os procedimentos internos de produções dos discursos, ou seja, com a especificidade das práticas discursivas; sua análise se abre também para os procedimentos exteriores que controlariam, selecionariam, organizariam e redistribuiriam os discursos a partir de mecanismos de exclusão, de interdição, de restrição, de repetição etc. Foucault continua então pretendendo analisar a especificidade dos discursos mas articulando-os também a sua exterioridade:

(...) a partir do discurso mesmo, de sua aparição e regularidade, ir em direção de suas condições externas de possibilidade, em direção do que dá lugar à série aleatória de seus acontecimentos, e que lhes fixa os limites. (Foucault, 1971, p.55)

Ao analisar estes procedimentos externos aos discursos, Foucault passa então a problematizar os mecanismos de poder e suas articulações com o saber.

Neste sentido, *Vigiar e Punir*, editada em 1975, é a pesquisa exemplar desta fase. Dos suplícios de criminosos no século XVIII ao grande complexo carcerário do século XX, Foucault analisa as transformações das práticas penais e com elas as transformações das práticas de poder no interior das sociedades modernas. E dentro destas transformações, um problema principal: a emergência da prisão como instituição central, à qual vem se articular um novo conjunto de práticas de poder disciplinares, suporte também de novas relações de conhecimento. Nesta obra os acontecimentos discursivos e não-discursivos estão articulados. E as relações entre saber e poder são exaustivamente desenvolvidas, explicitando-se os saberes que se articulam a dispositivos de poder.

Após este trabalho, Foucault anuncia um novo projeto ambicioso: estudar os saberes e as práticas que envolvem a sexualidade na história ocidental como um dispositivo de poder. O primeiro volume de *História da Sexualidade*, publicado em 1976, mais uma declaração de intenções, coloca esse novo projeto bem em continuidade com o anterior, desenvolvendo-se inclusive vários pontos apenas es-

boçados naquele. Mas nos dois volumes seguintes da *História da Sexualidade* publicados em 1984, modifica-se novamente a direção das análises de Foucault. Ele deixa em segundo plano o discurso da sexualidade e sua articulação com dispositivos de poder, ao colocar em plano principal a questão da subjetividade. Essa nova mudança se justifica em razão dos próprios problemas colocados pela análise da sexualidade como um dispositivo de poder. Segundo Foucault, sua proposta de estudar a sexualidade como um dispositivo de poder implica não só a problematização das relações saber/poder mas também e principalmente a problematização do sujeito da própria sexualidade (Foucault, 1984b, p.10). As análises anteriormente realizadas fornecem-lhe instrumentos tanto para as análises das práticas discursivas como para as análises das relações de poder correlativas ao discurso da sexualidade. Mas o estudo dos modos pelos quais os indivíduos são levados a se reconhecerem como sujeitos sexuais traz-lhe problemas inéditos, o que leva Foucault a recuar sua análise até a antigüidade clássica para realizar uma história crítica do próprio sujeito do desejo, do modo como o homem ocidental é levado a se reconhecer como sujeito de desejo (ou seja, dirige-se a análise para os jogos de verdade a partir dos quais o ser humano se reconhece como sujeito do desejo). Essa mudança de rumo faz com que Foucault coloque a própria questão do sujeito como retrospectivamente central em toda sua obra.

Assim, neste momento de sua obra, Foucault lança um olhar retrospectivo mostrando-a como um longo trabalho de problematização das práticas pelas quais o homem ocidental torna-se sujeito de práticas de verdade e poder. A morte do autor, entretanto, o impede de desenvolver mais exaustivamente esta nova orientação de suas pesquisas no sentido de uma ética, na expressão de Davidson (1988, p.243-257), sendo interrompida sua história da sexualidade no terceiro volume.

FOUCAULT E A SOCIOLOGIA NO BRASIL

Geralmente os escritos de Foucault são divididos em três domínios distintos de análise, a cada um dos quais se associa um determinado tipo de abordagem (cf. Davidson, 1988). O primeiro domínio seria o dos *sistemas de conhecimento*, abordado a partir de uma arqueologia do saber³. O segundo domínio seria aquele das *modalidades de poder*, estudado a partir de *uma genealogia do poder*⁴. E o terceiro domínio seria o das *relações do sujeito consigo mesmo*, analisado a partir de uma *ética*⁵. No entanto, talvez deva-se ter mais cautela mesmo com esse tipo de periodização, sobretudo tratando-se de um autor como Foucault, pois tanto os domínios explorados quanto as abordagens construídas sucedem-se em sua trajetória

³ Exemplo desta abordagem seriam trabalhos como *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*.

⁴ *Vigiar e punir* seria o trabalho paradigmático desta abordagem genealógica.

⁵ Desenvolvida sobretudo nos dois últimos volumes da *História da sexualidade*.

de modo complexo, com freqüentes sobreposições metodológicas e retornos a períodos históricos de análise.

Mas se aceitamos – apenas para fins didáticos e com as ressalvas necessárias – essa periodização mais geral da trajetória intelectual de Foucault, podemos afirmar que é justamente ao problematizar o funcionamento das práticas de saber, de poder e de subjetivação na história que Foucault causará grande impacto nas mais diversas disciplinas que se voltam para o estudo do mundo social.

Podemos ilustrar esse impacto de um novo estilo de problematização das relações entre saber, poder e subjetividade, a partir de uma entrevista na qual Foucault explicita porque evitava utilizar em suas análises a noção de “ideologia”, embora esta noção aparentemente pudesse recobrir muitos dos estudos por ele realizados. Ao manifestar suas reservas em relação a essa noção, Foucault afirma:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária em relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (Foucault, 1981b, p.7)

Ou seja, em seu percurso, Foucault não irá buscar nas formas de pensamento o que nelas existe de verdadeiro ou de falso, mas sim buscará descrevê-las como práticas regradadas, em torno das quais produzem-se não apenas efeitos de saber, mas também efeitos de poder; efeitos estes que, por sua vez, não são reflexos nem de estruturas mais profundas da realidade – por exemplo, a estrutura econômica – nem simples instrumentos produzidos por um sujeito pré-existente que lhes dá sentido, mas sim práticas complexamente articuladas na realidade social que objetivam simultaneamente formas de saber, de poder e de subjetivação.

Deste modo, ao dialogar com os trabalhos de Foucault, disciplinas como a Filosofia, a História ou a Sociologia serão obrigadas a repensar os fios que ligam, de modo supostamente evidente e indissociável, os homens e suas práticas de conhecimento e de dominação.

A citação acima, em que Foucault manifesta suas reservas em relação à noção de Ideologia, adquire ainda maior relevância para nossa discussão pois, no interior da Sociologia, os trabalhos de Foucault foram inicialmente incorporados sobretudo para suprir as lacunas deixadas por essa noção no estudo das relações entre práticas de conhecimento e práticas de poder no interior da sociedade. As análises de Foucault – principalmente de sua fase genealógica – serão mobilizadas para explicar o papel desempenhado pelas idéias e instituições na manutenção

cotidiana da ordem social, ou seja, para descrever a “microfísica do poder” que perpassaria todo o corpo social. Será a discussão acerca do papel das disciplinas – e dos saberes normalizadores a ela associados – que ganhará a cena.

No Brasil, a partir do final dos anos 70, não será diferente e os estudos inspirados em Foucault irão voltar-se para o problema da constituição da assim chamada “sociedade disciplinar” no Brasil, justamente ao buscarem preencher as lacunas deixadas pelas análises que até então utilizavam a noção de ideologia. A idéia de que o Estado não é o centro do poder, mas que as relações de poder estão disseminadas no interior da sociedade, será incorporada por uma série de estudos que irão se voltar para o papel desempenhado por saberes e instituições na produção e manutenção de determinadas formas de poder.

Assim, por um lado, as idéias de Foucault estimularam reflexões inéditas acerca, por exemplo, do papel do saber médico na constituição da ordem social, bem como de instituições de produção e de controle de individualidades que serão tomados como desviantes – manicômios, prisões e instituições disciplinares em geral⁶.

Por outro lado, críticas logo surgiram no sentido de apontar que a assim chamada sociedade disciplinar nunca se constituiu plenamente no Brasil. Ou seja, os esquemas analíticos de Foucault não poderiam ser simplesmente transpostos para a realidade brasileira.

Em primeiro lugar, porque a oposição entre lei e norma, construída por Foucault – e também por outros autores como Castel (1978) e Donzelot (1986) – tinha por base as experiências históricas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, em que as práticas disciplinares e os saberes normalizadores tiveram de se consolidar principalmente em oposição aos ideais de igualdade jurídica, que haviam se cristalizado a partir de intensas lutas políticas e sociais. Em contrapartida, como bem apontou Mariza Corrêa (1982, p.48), no Brasil as práticas de normalização e disciplina não precisaram se constituir contra os poderes da lei, pois encontraram “um quadro jurídico cujos termos de definição eram equivalentes aos seus”. A partir desta constatação, essa autora sugere que não haveria, no contexto brasileiro, uma efetiva heterogeneidade entre lei e norma enquanto modelos de exercício do poder. Acredito, no entanto, que não há propriamente uma indiferenciação entre esses modelos, mas sim uma complementaridade muito grande entre lei e norma no país, como admite a própria autora citada em outra passagem (cf. Corrêa, 1982, p. 50). Assim, o que parece variar, de acordo com os diversos contextos

⁶ Entre muitos exemplos possíveis, conferir: *Metáforas da desordem: o contexto social da doença mental* (Albuquerque, 1978); *Ordem médica e norma familiar* (Costa, 1979); *O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo* (Cunha, 1986); *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890* (Engel, 1989); *As instituições médicas no Brasil: instituições e estratégia de hegemonia* (Luz, 1979); *Danação da norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* (Machado, 1978); *Política nacional do bem-estar do menor* (Passetti, 1982); *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930* (Rago, 1985); *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores* (Alvarez, 1989);

nacionais, é a combinação específica entre esses modelos de exercício de poder.

Em segundo lugar, a violência mais direta, tanto no tratamento da questão criminal quanto em termos das estratégias mais amplas de sujeição das classes populares, parece ter se sobreposto amplamente às formas mais brandas de repressão e controle social ao longo do processo de modernização do país. (cf. Correa, 1982, p. 260)

Acredito que seria equivocados, no entanto, afirmar que a sociedade disciplinar foi apenas um discurso vazio no Brasil, ou apenas mais uma idéia “fora do lugar”, no sentido vulgar da expressão, pois o que parece ocorrer, nos diferentes contextos nacionais, é uma combinação específica entre lei e norma, entre soberania e disciplina, entre violência e instrumentos mais “suaves” de manutenção da ordem política e social⁷. A natureza dessas composições no Brasil permanece como um problema ainda não totalmente elucidado pelas pesquisas no Brasil e que pode ser melhor aprofundado a partir de um diálogo mais sistemático com as idéias de Foucault.

NOVAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Pelo que foi visto, acredito que o diálogo com os trabalhos de Foucault permite ainda hoje enriquecer muitas das principais discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas pela Sociologia. Ao se estudar questões como as do papel político das diferentes formas de conhecimento, da presença da violência no mundo contemporâneo, dos novos mecanismos de controle dos comportamentos, das formas de subjetivação na sociedade moderna e contemporânea, seus estudos permanecem sendo referência importante, fonte potencial para a elaboração de novos conceitos e novos procedimentos metodológicos.

No Brasil, principalmente nos estudos voltados para a questão da violência e do funcionamento das instituições penais, seus trabalhos continuam tendo grande influência. Curiosamente, as discussões acerca da Sociologia da punição nos Estados Unidos e na Europa têm apontado para um retorno da violência e do suplício, que ganham paulatinamente espaço em relação aos discursos e práticas disciplinares. A permanência da violência no tratamento das instituições penais no Brasil ganha, deste modo, nova atualidade, já que, como foi mencionado anteriormente, no Brasil a violência não foi, no geral, deixada de lado em favor de formas mais sutis de manutenção da ordem social⁸.

Para que esse diálogo possa consolidar-se, faz-se necessário tanto uma recuperação da trajetória intelectual trilhada pelo autor, quanto uma discussão de como suas idéias foram incorporadas no debate na Sociologia e em área vizinhas

⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre estas questões, consultar Alvarez (1996).

⁸ Para um balanço da presença de Foucault nos debates atuais acerca das práticas penais e da questão da segurança pública, consultar, respectivamente, Salla (2000) e Souza (2000).

no Brasil, ao buscar avaliar o alcance de suas teses para a compreensão da singularidade da sociedade brasileira. Tentei, aqui, esboçar algumas discussões prévias nestas duas direções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, J.A.G. *Metáforas da desordem: o contexto social da doença mental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 119p.
- ALVAREZ, M. C. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. São Paulo, 1996. 308p. Tese (Doutorado) - FFLCH, Universidade de São Paulo.
- _____. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. São Paulo, 1989. 228p. Dissertação (Mestrado) - FFLCH, Universidade de São Paulo.
- _____. Foucault: corpo, poder e subjetividade. In: BRUHNS, H. T., GUTIERREZ, G. L. (Orgs.) *O corpo e o lúdico*. Campinas: Autores Associados/UNICAMP, 2000. p.67-76.
- _____. Michel Foucault e a ordem do discurso. In: CATANI, A., MARTINEZ, P. H. (Orgs.) *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999. p.71-88.
- _____. Sociedade, conhecimento e poder: uma leitura da obra de Michel Foucault. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO, 4, 1993. *Anais...* Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 1993. p.59-90.
- BLANCHOT, M. *Foucault como o imagino*. Lisboa: Relógio d'Água, s.d..
- BOURDIEU, P. Sur les rapports entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et en France. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, p. 106-107, mars, 1995.
- CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em Antropologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 217p.
- DAVIDSON, A. I. Arqueologia, genealogia, ética. In: HOY, D. C. (Comp.) *Foucault*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988. p.243-257.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ENGEL, M. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 149p.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- FOUCAULT, M. Arqueologia do saber. 2.ed. Rio de Janeiro: *Forense Universitária*, 1986.
- _____. *Enfermedad mental y personalidad*. Buenos Aires: Paidós, 1984.
- _____. *Histoire de la folie*. Paris: Union Générale D'Éditions, 1964.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977b.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- _____. *Microfísica do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981b.
- _____. *Naissance de la clinique*. 2.ed. Paris: PUF, 1972.
- _____. *L'ordre du discours: leçon inaugurale du Collège de France, 2 décembre 1970*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- LUZ, M. *As instituições médicas no Brasil: instituições e estratégia de hegemonia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295p.
- MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- _____. *Danação da norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PASSETTI, E. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. São Paulo, 1982. 269p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar, Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 209p.
- SALLA, F. A retomada do encarceramento: as masmorras *high tech* e a atualidade do pensamento de Michel Foucault. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP*, v.9, n.1, p.35-58, 2000.
- SOUZA, L. A. F. Tendências atuais na área de segurança pública e de polícia: revisitar Foucault ou uma nova sociedade do controle? *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP*, v.9, n.1, p.59-80, 2000.

Abstract: In this article we discuss how the ideas of Michel Foucault have been incorporated by Sociology in Brazil. Initially, based on some of his main works, we draw the intellectual trajectory of the author. After that, we analyse how these studies have taken to the problem of the constitution of the so called disciplinary society in that country.

Keywords: Michel Foucault; Sociology in Brazil; disciplinary society; power.